Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.31817

DA CASA VERDE À REFORMA PSIQUIÁTRICA: REPRESENTAÇÕES DA LOUCURA EM "O ALIENISTA" E AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DA PSIQUIATRIA BRASILEIRA

FROM CASA VERDE TO PSYCHIATRIC REFORM: REPRESENTATIONS OF MADNESS IN THE ALIENIST AND THE HISTORICAL TRANSFORMATIONS OF BRAZILIAN PSYCHIATRY

DE LA CASA VERDE A LA REFORMA PSIQUIÁTRICA: REPRESENTACIONES DE LA LOCURA EN EL ALIENISTA Y LAS TRANSFORMACIONES HISTÓRICAS DE LA PSIQUIATRÍA BRASILEÑA

Aisha Maria Melo Silva[1]
Brenda Bomfim dos Santos[2]
Jamilly de Jesus Novais[3]
Lívia Carneiro Silva[4]
Maria Joana Santos Belém[5]
Luciano de Oliveira Souza Tourinho[6]
Amanda Santos Alves Freire[7]

RESUMO: INTRODUÇÃO. A história da saúde mental no Brasil passou de práticas predominantemente excludentes para formas de cuidado mais humanizadas. Nesse contexto, O Alienista, de Machado de Assis, questiona os limites entre normalidade e loucura e o poder do saber médico sobre a sociedade. A pesquisa justifica-se pela importância de articular literatura e história da psiquiatria para compreender as concepções sociais sobre a loucura. A análise da obra permite refletir criticamente sobre as relações entre ciência, poder e exclusão, evidenciando a necessidade de práticas de cuidado pautadas na autonomia, na cidadania e nos direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico. OBJETIVOS. Analisar a representação da loucura em O Alienista, relacionando-a à história da psiquiatria brasileira, à Reforma Psiquiátrica e ao estigma social. MATERIAIS E MÉTODOS. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, descritiva e qualitativa, realizada em agosto de 2026. A busca contemplou PubMed, SciELO, LILACS e Portal de Periódicos CAPES. Foram priorizadas publicações entre 2015 e agosto de 2026, em português ou inglês, disponíveis na íntegra e relacionadas à temática; referências históricas anteriores foram admitidas quando pertinentes à contextualização. RESULTADOS/DISCUSSÃO. A análise evidencia a influência do poder médico e das instituições na definição social da normalidade e da loucura. A Casa Verde é apresentada como espaço de classificação e confinamento, em diálogo crítico com o modelo asilar historicamente predominante na psiquiatria brasileira, marcado pela segregação e pela restrição da autonomia. Em contraposição, a Reforma Psiquiátrica impulsionou a construção de um modelo de atenção psicossocial, comunitário e orientado pelos direitos humanos. Entretanto, a persistência do estigma demonstra que a superação da exclusão exige mudanças tanto nos serviços de saúde quanto nas concepções sociais sobre o sofrimento psíquico. CONSIDERAÇÕES FINAIS. Conclui-se que a relação entre literatura e história da psiquiatria permite compreender a transição do modelo asilar para práticas de cuidado em liberdade, destacando a

[1] Discente do curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna, Bahia.
[2] Discente do curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna, Bahia.
[3] Discente do curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna, Bahia.
[4] Discente do curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna, Bahia.
[5] Discente do curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna, Bahia.
[6] Coorientador. Doutor. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia.
[7] Orientadora. Docente do curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Itabuna, Bahia.

importância da humanização, da autonomia e da inclusão social. A obra contribui, assim, para o debate sobre saúde mental e direitos humanos, incentivando uma formação em saúde crítica e comprometida com a superação do estigma.

Palavras-chave: Saúde mental. Literatura e saúde. Representações.

ABSTRACT: INTRODUCTION. The history of mental health care in Brazil has moved from predominantly exclusionary practices toward more humanized forms of care. In this context, The Alienist, by Machado de Assis, questions the boundaries between normality and madness and the power of medical knowledge over society. This study is justified by the importance of integrating literature and the history of psychiatry to understand social conceptions of madness. Analysis of the work enables critical reflection on the relationships among science, power, and exclusion, highlighting the need for care practices grounded in autonomy, citizenship, and human rights. OBJECTIVES. To analyze the representation of madness in The Alienist, relating it to the history of Brazilian psychiatry, the Psychiatric Reform movement, and social stigma. MATERIALS AND METHODS. This descriptive and qualitative narrative literature review was conducted in August 2026. Searches were performed in PubMed, SciELO, LILACS, and the CAPES Journals Portal. Publications from 2015 to August 2026, in Portuguese or English, available in full text and related to the topic were prioritized; earlier historical references were included when relevant for contextualization. RESULTS AND DISCUSSION. The analysis highlights the influence of medical authority and institutions on the social definition of normality and madness. Casa Verde is portrayed as a space of classification and confinement, critically echoing the asylum-based model historically predominant in Brazilian psychiatry, marked by segregation and restricted autonomy. In contrast, the Brazilian Psychiatric Reform promoted a community-based psychosocial care model guided by human rights. However, persistent stigma shows that overcoming exclusion requires changes in both healthcare services and social perceptions of psychological distress. FINAL CONSIDERATIONS. The relationship between literature and the history of psychiatry helps explain the transition from asylum-based care to community-based practices centered on freedom, humanization, autonomy, and social inclusion. The literary work therefore contributes to debates on mental health and human rights and encourages critical healthcare education committed to overcoming stigma.

Keywords: Mental health. Literature and health. Social representations.

RESUMEN: INTRODUCCIÓN. La historia de la atención en salud mental en Brasil pasó de prácticas predominantemente excluyentes hacia formas de cuidado más humanizadas. En este contexto, El alienista, de Machado de Assis, cuestiona los límites entre normalidad y locura y el poder del saber médico sobre la sociedad. La investigación se justifica por la importancia de articular literatura e historia de la psiquiatría para comprender las concepciones sociales sobre la locura. El análisis de la obra permite reflexionar críticamente sobre las relaciones entre ciencia, poder y exclusión, destacando la necesidad de prácticas de cuidado basadas en la autonomía, la ciudadanía y los derechos humanos. OBJETIVOS. Analizar la representación de la locura en El alienista, relacionándola con la historia de la psiquiatría brasileña, la Reforma Psiquiátrica y el estigma social. MATERIALES Y MÉTODOS. Se trata de una revisión bibliográfica narrativa, descriptiva y cualitativa, realizada en agosto de 2026. La búsqueda incluyó PubMed, SciELO, LILACS y el Portal de Periódicos CAPES. Se priorizaron publicaciones entre 2015 y agosto de 2026, en portugués o inglés, disponibles a texto completo y relacionadas con la temática; se admitieron referencias históricas anteriores cuando fueron pertinentes para la contextualización. RESULTADOS Y DISCUSIÓN. El análisis evidencia la influencia del poder médico y de las instituciones en la definición social de la normalidad y la locura. La Casa Verde se presenta como un espacio de clasificación y confinamiento, en diálogo crítico con el modelo manicomial históricamente predominante en la psiquiatría brasileña, caracterizado por la segregación y la restricción de la autonomía. En contraposición, la Reforma Psiquiátrica impulsó un modelo de atención psicosocial comunitario orientado por los derechos humanos. Sin embargo, la persistencia del estigma demuestra

que superar la exclusión requiere transformaciones tanto en los servicios de salud como en las concepciones sociales sobre el sufrimiento psíquico. CONSIDERACIONES FINALES. La relación entre literatura e historia de la psiquiatría permite comprender la transición del modelo manicomial hacia prácticas de atención en libertad, destacando la importancia de la humanización, la autonomía y la inclusión social. La obra contribuye así al debate sobre salud mental y derechos humanos y promueve una formación crítica en salud comprometida con la superación del estigma.

Palabras clave: Salud mental. Literatura y salud. Representaciones sociales.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da loucura e do sofrimento psíquico modificou-se ao longo do tempo, acompanhando transformações sociais, científicas e institucionais. No Brasil, especialmente a partir do século XIX, a constituição da psiquiatria como campo médico esteve associada à criação de instituições destinadas ao acolhimento e à internação de indivíduos considerados alienados, consolidando progressivamente uma assistência centrada no espaço asilar. Esse processo contribuiu para que a loucura deixasse de ser interpretada apenas no âmbito familiar ou social e passasse a ser objeto específico de classificação, investigação e intervenção médica (Vasconcelos *et al.*, 2010).

Segundo Cruz (2017), paralelamente à institucionalização do saber psiquiátrico, a literatura constituiu importante espaço de representação e problematização das concepções sociais acerca da loucura. Ao incorporar valores, conflitos e discursos de seu contexto histórico, as obras literárias podem tanto reproduzir concepções socialmente estabelecidas quanto questionar práticas de exclusão, formas de autoridade e critérios utilizados para definir normalidade e desvio. No século XIX, período marcado pelo fortalecimento do discurso científico e pelo desenvolvimento das primeiras instituições psiquiátricas brasileiras, a literatura passou a estabelecer um diálogo com essas transformações e com a autoridade atribuída ao conhecimento médico.

Nesse contexto, destaca-se O Alienista, de Machado de Assis, publicado em 1882. Por meio da trajetória do médico Simão Bacamarte e da criação da Casa Verde, a narrativa problematiza os limites entre razão e loucura, a construção dos critérios de normalidade e a autoridade atribuída ao saber científico. Ao modificar sucessivamente os parâmetros utilizados para determinar quem deveria ser considerado alienado, a obra evidencia tensões entre ciência, poder, institucionalização e liberdade individual, possibilitando uma leitura crítica das relações estabelecidas entre conhecimento médico e sociedade (Gomes, 1993).

Diante desse contexto, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a representação da loucura em O Alienista, de Machado de Assis, dialoga com a trajetória histórica da psiquiatria brasileira, desde a institucionalização do modelo asilar até o processo de Reforma Psiquiátrica? A partir dessa questão, busca-se compreender como a narrativa machadiana representa a loucura e como essas representações podem ser relacionadas às concepções médicas e sociais predominantes em seu contexto histórico, assim como às transformações que ocorreram posteriormente no campo da saúde mental.

A realização deste estudo possibilita ampliar a compreensão sobre o processo de superação do modelo manicomial e sobre a construção de novas perspectivas de cuidado baseadas na inclusão, na dignidade e na cidadania das pessoas em sofrimento psíquico. Além disso, a escolha de O Alienista como objeto de análise permite compreender a literatura como um importante instrumento de crítica social e como espaço de reflexão sobre as relações estabelecidas entre conhecimento científico, poder e sociedade (Gomes, 1993). A relevância dessa aproximação também se relaciona à formação em saúde, uma vez que compreender historicamente os processos de institucionalização, estigmatização e exclusão contribui para uma reflexão crítica sobre a assistência às pessoas em sofrimento psíquico. Nesse sentido, a literatura pode constituir uma ferramenta de compreensão das dimensões sociais, éticas e humanas envolvidas no cuidado em saúde mental.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar a representação da loucura em O Alienista, de Machado de Assis, relacionando-a às transformações históricas da psiquiatria brasileira, desde a consolidação do modelo asilar até a Reforma Psiquiátrica, com ênfase nas relações entre normalidade, poder médico, institucionalização e estigma. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar as representações de comportamentos e condições associadas à loucura presentes na obra O Alienista; contextualizar historicamente o cenário da psiquiatria brasileira no século XIX, estabelecendo um diálogo com a narrativa machadiana; relacionar as transformações ocorridas na saúde mental no Brasil, desde a lógica manicomial até a Reforma Psiquiátrica, com as representações literárias do período; e revisar a literatura científica sobre a Reforma Psiquiátrica e sua influência na percepção social da loucura e no enfrentamento do estigma.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, desenvolvida com o objetivo de reunir, examinar e discutir a produção científica acerca das relações entre a representação da loucura em O Alienista, de Machado de Assis, as transformações históricas das concepções de normalidade, o poder médico, a institucionalização da loucura e a Reforma Psiquiátrica Brasileira. A questão norteadora foi: "Como a representação da loucura em O Alienista, de Machado de Assis, permite compreender as transformações históricas das concepções de normalidade, do poder médico e da institucionalização da loucura até a Reforma Psiquiátrica Brasileira?"

A busca bibliográfica foi realizada em agosto de 2026, nas seguintes fontes de informação: National Library of Medicine (PubMed), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram priorizadas publicações entre 2015 e agosto de 2026, nos idiomas português e inglês. Considerando o caráter histórico da investigação, também foram admitidas referências clássicas, documentos históricos e publicações anteriores ao período estabelecido, quando relevantes para a compreensão da formação da psiquiatria e da institucionalização da loucura no Brasil.

As estratégias de busca utilizaram descritores e palavras-chave relacionados aos eixos temáticos da pesquisa, incluindo loucura, psiquiatria, institucionalização, Reforma Psiquiátrica e O Alienista. Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, com adaptações às particularidades de cada fonte consultada. Entre as principais combinações utilizadas, destacaram-se: ("O Alienista" OR "Machado de Assis") AND (loucura OR "saúde mental" OR psiquiatria); (loucura OR "doença mental") AND (institucionalização OR manicômio OR desinstitucionalização); e ("Reforma Psiquiátrica" OR "Reforma Psiquiátrica Brasileira") AND (psiquiatria OR "saúde mental" OR desinstitucionalização). Sempre que pertinente, os termos foram relacionados aos vocabulários controlados Medical Subject Headings (MeSH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Após as buscas, os registros identificados foram reunidos e organizados, com exclusão das duplicatas. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para verificar a pertinência das publicações em relação à questão norteadora e aos objetivos do estudo. Os trabalhos potencialmente relevantes foram submetidos à leitura integral, etapa em que sua adequação aos critérios de inclusão e exclusão foi avaliada.

Foram incluídas publicações que abordassem a construção histórica da loucura, o desenvolvimento da psiquiatria, os processos de institucionalização e desinstitucionalização, a Reforma Psiquiátrica Brasileira, o estigma relacionado ao sofrimento psíquico ou as interpretações de O Alienista vinculadas às noções de normalidade, ciência e poder. Consideraram-se estudos qualitativos, pesquisas históricas e teóricas, revisões bibliográficas e artigos de análise crítica, sem restrição a um delineamento metodológico específico, desde que apresentassem contribuição pertinente à temática. Foram excluídos trabalhos sem relação significativa com os objetivos da pesquisa, publicações exclusivamente clínicas ou biomédicas sem articulação com os aspectos históricos e sociais investigados, registros duplicados e materiais sem acesso ao texto completo para avaliação.

Paralelamente à revisão da literatura, O Alienista, de Machado de Assis, foi adotado como referência literária central. A interpretação da obra foi articulada aos estudos selecionados, buscando compreender as representações da loucura e suas relações com a definição de normalidade, a legitimação do saber médico e as práticas de institucionalização, estabelecendo conexões com as transformações promovidas pela Reforma Psiquiátrica Brasileira.

As informações relevantes das publicações foram organizadas considerando autoria, ano, objetivo, abordagem metodológica, temática e contribuição para o estudo. A análise foi conduzida de forma descritiva, por meio de síntese narrativa, e os conteúdos foram agrupados nos seguintes eixos temáticos: representação da loucura em O Alienista; desenvolvimento histórico do alienismo e da psiquiatria; institucionalização e modelo manicomial; transformações da assistência psiquiátrica no Brasil; Reforma Psiquiátrica e desinstitucionalização; e estigma, exclusão e relações de poder no campo da saúde mental. A discussão buscou identificar aproximações, diferenças e articulações entre a literatura científica e a análise da obra, sem pretensão de realizar quantificação ou metanálise dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A representação da loucura em O Alienista: entre normalidade, ciência e poder

A análise de O Alienista deve considerar, inicialmente, as circunstâncias históricas de produção e circulação da narrativa. A obra foi publicada pela primeira vez em capítulos no suplemento literário do periódico A Estação, entre outubro de 1881 e março de 1882, sendo posteriormente incorporada à coletânea Papéis avulsos, lançada em 1882. Destinado principalmente ao público feminino, A Estação combinava um caderno de modas de origem

europeia com uma seção literária produzida por autores brasileiros, constituindo um importante veículo de circulação de ideias no Brasil do final do século XIX (Oliveira, Freire e Santos, 2016, p. 12-13).

Esse contexto de publicação torna-se particularmente significativo porque o periódico também possuía uma finalidade instrutiva e apresentava orientações familiares, médicas e higiênicas às suas leitoras. Desse modo, Machado de Assis publicou uma narrativa crítica à autoridade científica justamente em um espaço no qual as recomendações médicas eram apresentadas como instrumentos de organização da vida individual, familiar e social. A presença de O Alienista nesse periódico estabelece, portanto, uma tensão entre o discurso normativo difundido pela revista e a ironia machadiana, que questiona a crença na medicina e na ciência como produtoras de verdades absolutas e soluções universais para os problemas humanos (Oliveira, Freire e Santos, 2016, p. 13-17).

Embora a narrativa faça referência à Colônia, ao Reino e aos "cronistas" de Itaguaí, não deve ser compreendida como um registro documental das práticas de assistência à loucura no período colonial. A ambientação histórica funciona como recurso ficcional por meio do qual Machado de Assis problematiza questões presentes no momento em que escreveu a obra, especialmente o fortalecimento da autoridade médico-científica na segunda metade do século XIX. Antes da criação da Casa Verde, os indivíduos considerados "loucos furiosos" eram mantidos trancados nas próprias residências, enquanto aqueles tidos como "mansos" permaneciam nas ruas, situação descrita pelo narrador como abandono, pois eram "não curados, mas descurados" (Assis, 2019, p. 8). Essa descrição aproxima-se das formas de tratamento existentes antes da consolidação dos primeiros hospícios brasileiros, mas é reelaborada literariamente para introduzir a passagem do cuidado doméstico e disperso para o confinamento institucional (Oliveira, Freire e Santos, 2016, p. 16).

É nesse cenário que se inicia a construção de Simão Bacamarte como autoridade médico-científica. O narrador afirma que "a ciência tem o inefável dom de curar todas as mágoas" e descreve o momento em que o médico direciona sua atenção ao "recanto psíquico, o exame de patologia cerebral", campo considerado "mal explorado, ou quase inexplorado" tanto na Colônia quanto no Reino (Assis, 2019, p. 8). A passagem apresenta Bacamarte como pioneiro de uma área ainda pouco conhecida e converte sua investigação em uma missão científica e nacional, capaz de proporcionar à ciência brasileira "louros imarcescíveis". Entretanto, a referência à glória científica contrasta ironicamente com a aparente modéstia do personagem, sugerindo que,

por trás de sua dedicação à humanidade, também se encontravam a ambição pelo reconhecimento e a confiança excessiva na própria capacidade de produzir a verdade (Assis, 2019, p. 8).

A autoridade de Bacamarte deixa de ser apenas intelectual quando passa a receber sustentação política e institucional. Ao declarar que "a saúde da alma" seria "a ocupação mais digna do médico", o alienista solicita à Câmara Municipal autorização para construir um edifício destinado a "agasalhar e tratar" todos os indivíduos considerados loucos em Itaguaí e nas localidades próximas.

A aprovação do projeto pela Câmara concede legitimidade pública à iniciativa e estabelece uma associação entre o conhecimento médico e o poder político: enquanto o governo oferece autorização e recursos, Bacamarte assume a prerrogativa de identificar, classificar, internar e tratar os habitantes considerados mentalmente desviantes. A ciência passa, assim, a interferir diretamente na liberdade dos indivíduos, embora seus critérios permaneçam concentrados nas mãos de um único especialista (Assis, 2019, p. 8-9; Oliveira; Freire; Santos, 2016, p. 8-9).

A Casa Verde materializa essa união entre conhecimento, instituição e poder. Segundo o narrador, "a Casa Verde foi o nome dado ao asilo, por alusão à cor das janelas, que pela primeira vez apareciam verdes em Itaguaí" (Assis, 2019, p. 10). Sua inauguração ocorre com grande pompa e atrai moradores de diferentes vilas e até da cidade do Rio de Janeiro, enquanto os familiares dos internos são apresentados ao "carinho paternal" e à "caridade cristã" que orientariam o tratamento. A cerimônia pública e a singularidade arquitetônica do edifício conferem visibilidade e prestígio ao projeto, fazendo com que o asilo seja inicialmente recebido como símbolo de progresso, cuidado e civilização. Ao mesmo tempo, a instituição reúne em um único espaço pessoas anteriormente dispersas entre as casas e as ruas, tornando possível observá-las, separá-las e submetê-las continuamente à avaliação do alienista (Assis, 2019, p. 10).

A própria explicação de Bacamarte, entretanto, revela que a assistência não constitui a finalidade central da instituição. Em conversa com Crispim Soares, o médico afirma que a caridade entra em seu procedimento apenas "como tempero" e esclarece que o principal objetivo da Casa Verde é "estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal" (Assis, 2019, p. 11). Os verbos "estudar", "classificar" e "descobrir" demonstram que os indivíduos internados são transformados em casos submetidos ao olhar científico. Dessa maneira, a Casa Verde acumula

as funções de espaço assistencial, local de confinamento e laboratório de observação, enquanto a procura por um "remédio universal" evidencia a pretensão de alcançar uma explicação total e definitiva para a loucura (Assis, 2019, p. 11; Oliveira; Freire; Santos, 2016, p. 16-20).

A crítica construída por Machado de Assis, portanto, não consiste em uma simples rejeição da ciência nem em uma idealização do abandono que antecedia a Casa Verde. A ironia incide principalmente sobre a transformação do conhecimento científico em uma autoridade sem limites, protegida pelo prestígio social e pelo apoio do poder público. Simão Bacamarte representa o cientista que se considera autorizado a intervir na vida coletiva sem prestar esclarecimentos aos chamados "leigos", enquanto a Casa Verde oferece os meios materiais para converter suas teorias em práticas de classificação e confinamento. Estabelecem-se, assim, os fundamentos para a discussão das sucessivas alterações dos limites entre razão e loucura, da arbitrariedade dos diagnósticos e da medicalização das diferenças individuais ao longo da narrativa (Oliveira; Freire; Santos, 2016, p. 17-23).

Essa interpretação não significa afirmar que Machado de Assis tenha antecipado, de maneira programática, a Reforma Psiquiátrica brasileira. A narrativa formula literariamente problemas que, posteriormente, ocupariam posição central nas críticas ao modelo asilar: quem possui autoridade para definir a normalidade, quais critérios sustentam o diagnóstico e quais são os limites da intervenção institucional sobre a liberdade humana. A análise das mudanças teóricas de Bacamarte e da ampliação das internações permitirá compreender, no próximo momento da discussão, como categorias apresentadas como científicas podem ser modificadas conforme o julgamento do próprio especialista e utilizadas para legitimar formas de exclusão e controle social (Assis, 2019; Oliveira; Freire; Santos, 2016, p. 21-27).

3.2 Da representação literária à institucionalização da loucura no Brasil

A institucionalização da loucura no Brasil já integrava a realidade nacional quando O Alienista foi publicado, entre 1881 e 1882. O Hospício de Pedro II, criado em 1841 e inaugurado em 1852, representava a consolidação do modelo asilar, enquanto a narrativa de Machado de Assis problematizava as relações entre conhecimento científico, autoridade médica e definição social da anormalidade. Nesse contexto, a literatura constitui uma interpretação crítica de um processo histórico em desenvolvimento (Fernandes, 2008, p. 97; Brasil, 2016).

A formação da psiquiatria moderna esteve relacionada à consolidação do alienismo entre os séculos XVIII e XIX, quando a loucura passou a ser compreendida como objeto específico

da medicina. Philippe Pinel teve papel importante nesse processo ao defender a observação sistemática dos fenômenos mentais e estabelecer classificações das manifestações psicopatológicas. Seu chamado tratamento moral envolvia diálogo, persuasão, organização da rotina e observação contínua, considerando o hospital um espaço de investigação e tratamento. Entretanto, essa organização também concentrava nas mãos dos especialistas o poder de interpretar comportamentos e determinar as condições de internação e alta (Alves, 2010, p. 48-70; Universidade Federal de Ouro Preto, [s.d.]).

Essa ambivalência caracterizava o modelo asilar: enquanto o hospital possibilitava a observação clínica e o desenvolvimento do conhecimento psiquiátrico, também favorecia a vigilância, a disciplina e o afastamento social. No Brasil, antes da criação de instituições especializadas, pessoas consideradas loucas permaneciam sob responsabilidade familiar ou eram encaminhadas às cadeias e enfermarias das Santas Casas de Misericórdia. A reivindicação por um estabelecimento próprio ganhou força com a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1830, que defendia uma assistência orientada pelo saber médico (Brasil, 2016).

O Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, criou o Hospício de Pedro Segundo, inaugurado em 1852. Sua organização combinava a tradição caritativa da Santa Casa com a crescente participação médica na assistência, mantendo distinções entre indigentes e pensionistas. Durante a segunda metade do século XIX, o modelo expandiu-se para outras províncias, como São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Entretanto, a superlotação, as dificuldades de admissão e a permanência prolongada de pacientes evidenciavam os limites da proposta terapêutica (Brasil, 2016; Alves, 2010, p. 20-47).

A institucionalização também avançou no campo acadêmico e administrativo. A formação de cadeiras de psiquiatria nas faculdades de medicina contribuiu para consolidar a especialidade. Após a Proclamação da República, o Decreto nº 142-A, de 11 de janeiro de 1890, desanexou o Hospício de Pedro II da Santa Casa, incorporando-o ao Estado como Hospício Nacional de Alienados. A mudança fortaleceu a direção médica e a laicização da assistência, embora permanecessem práticas de segregação. Além disso, estudos sobre os prontuários da instituição identificaram maior presença de indivíduos das camadas menos favorecidas, evidenciando como desigualdades sociais também atravessavam os processos de internação (Fernandes, 2008, p. 97; Alves, 2010, p. 32-47; 79-107).

Nesse cenário, O Alienista apresenta uma representação ficcional das relações entre psiquiatria e institucionalização. Simão Bacamarte, respaldado pela Câmara de Itaguaí, funda a

Casa Verde e assume a responsabilidade de identificar, classificar e internar os indivíduos considerados alienados. A instituição materializa a autoridade médica, concentrando em um único especialista o poder de definir os limites entre razão e loucura. Diferentemente do Hospício de Pedro II, localizado em uma área afastada do centro urbano, a Casa Verde ocupa a principal rua de Itaguaí, tornando-se o núcleo simbólico e político da vila (Assis, 1882; Fernandes, 2008, p. 97-100).

A prática classificatória de Bacamarte aproxima-se da psiquiatria descritiva do século XIX, pois considera comportamentos, hábitos, gestos e antecedentes familiares na identificação das supostas doenças. Entretanto, a sátira evidencia a instabilidade desses critérios: inicialmente, os desvios do equilíbrio são considerados sinais de insânia; posteriormente, o próprio equilíbrio passa a ser interpretado como patologia. Dessa forma, a narrativa demonstra como classificações apresentadas como científicas podem produzir exclusão quando não existem limites para a autoridade de quem as estabelece (Assis, 1882; Fernandes, 2008, p. 100-104).

Machado também evidencia a relação entre conhecimento científico e poder político. A Câmara financia a Casa Verde, enquanto a população possui poucos meios de contestar as decisões do alienista. As aproximações com o modelo manicomial brasileiro aparecem na centralidade do médico, na classificação dos indivíduos e na utilização do isolamento como estratégia terapêutica e de controle. Entretanto, a ficção concentra em Bacamarte processos históricos que, na realidade brasileira, envolveram diferentes instituições e disputas sociais e políticas (Fernandes, 2008; Alves, 2010).

O desfecho da narrativa, no qual Bacamarte decide internar a si próprio, completa a crítica à instabilidade dos critérios de normalidade. Ao voltar contra o próprio médico a lógica utilizada para classificar os demais, Machado questiona o cientificismo que transforma hipóteses em verdades absolutas e converte autoridade técnica em poder sobre a liberdade individual. Assim, O Alienista estabelece uma aproximação crítica com a história da institucionalização da loucura no Brasil, evidenciando questões que posteriormente se tornariam centrais nos debates sobre os limites do modelo manicomial e a necessidade de reconhecer a autonomia das pessoas em sofrimento psíquico (Fernandes, 2008, p. 104-106).

3.3 Transformações da psiquiatria brasileira: do manicômio à desinstitucionalização

A assistência psiquiátrica brasileira passou por transformações ao longo do século XX, com iniciativas que buscavam ampliar as possibilidades terapêuticas e questionar a internação prolongada como principal resposta ao sofrimento mental. Entre as décadas de 1920 e 1930, destacaram-se as atuações de Juliano Moreira e Ulisses Pernambucano, cujas experiências contribuíram para a reorganização da psiquiatria nacional (Miranda-Sá Jr., 2007).

Juliano Moreira participou da modernização da assistência psiquiátrica, introduzindo novas perspectivas clínicas e defendendo uma compreensão da doença mental que considerasse fatores biológicos e sociais. Entretanto, suas propostas ainda estavam vinculadas às instituições especializadas. Já Ulisses Pernambucano, na reforma da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, iniciada em 1931, valorizou ações preventivas, atendimento multiprofissional e modalidades abertas de assistência, buscando ampliar o cuidado para além do ambiente hospitalar (Barretto, 1992; Miranda-Sá Jr., 2007).

A partir da década de 1950, o desenvolvimento da psicofarmacologia, especialmente com a introdução da clorpromazina em 1952, ampliou as possibilidades terapêuticas e favoreceu o tratamento ambulatorial de pessoas com transtornos mentais. Entretanto, a disponibilidade desses medicamentos não promoveu automaticamente a desinstitucionalização, uma vez que as internações prolongadas permaneceram frequentes. No Brasil, a expansão de hospitais psiquiátricos privados, financiados pela previdência social, também favoreceu a manutenção de um modelo economicamente associado à hospitalização (Miranda-Sá Jr., 2007; Seabra, 2025).

A crise desse modelo tornou-se evidente diante da superlotação, das internações prolongadas, da perda de autonomia e das violações de direitos presentes em instituições psiquiátricas. Paralelamente, experiências internacionais de psiquiatria comunitária e a reforma italiana associada a Franco Basaglia influenciaram o debate brasileiro, fortalecendo críticas à centralidade do hospital e à segregação como estratégias de assistência (Hirdes, 2009).

No final da década de 1970, essas discussões ganharam força com o processo de redemocratização e a emergência do movimento sanitário. Nesse contexto, surgiu o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que denunciava as condições dos hospitais psiquiátricos e defendia mudanças nas práticas assistenciais. Na década seguinte, a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), a I Conferência Nacional de Saúde Mental (1987) e o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, realizado em Bauru, fortaleceram a luta antimanicomial, consolidada pela expressão “Por uma sociedade sem manicômios”. O

movimento passou a envolver trabalhadores, usuários, familiares e outros setores sociais na defesa da liberdade e da cidadania (Hirdes, 2009; Amarante; Torre, 2018).

As primeiras experiências de serviços substitutivos demonstraram possibilidades concretas de transformação da assistência. Destacaram-se o Centro de Atenção Psicossocial Professor Luiz da Rocha Cerqueira, em São Paulo, e a reorganização da assistência em Santos após a intervenção na Casa de Saúde Anchieta. Essas iniciativas priorizaram o acompanhamento territorial, o trabalho multiprofissional e a convivência comunitária, reduzindo a dependência das instituições hospitalares (Hirdes, 2009).

Nesse processo, torna-se fundamental diferenciar desospitalização de desinstitucionalização. Enquanto a primeira corresponde à retirada do indivíduo do hospital ou à redução de leitos, a segunda envolve mudanças mais amplas nas práticas, nas relações de poder e nas concepções sobre a loucura. Sua efetivação exige reconstruir vínculos familiares e sociais, garantir acesso à moradia, ao trabalho e à cultura e reconhecer a pessoa em sofrimento psíquico como sujeito de direitos. Essas transformações constituíram as bases históricas para a consolidação da Reforma Psiquiátrica brasileira e de um modelo de atenção orientado pelo cuidado em liberdade (Amarante; Torre, 2018).

3.4 Reforma Psiquiátrica brasileira: novos paradigmas de cuidado e cidadania

A Reforma Psiquiátrica brasileira constitui um processo histórico, político e assistencial que ultrapassa a reorganização dos serviços de saúde mental. Inicialmente relacionada à contestação das condições dos hospitais psiquiátricos, ampliou-se para o debate sobre direitos humanos, cidadania e participação social das pessoas em sofrimento psíquico. Essa transformação redirecionou a finalidade do cuidado, deslocando o foco do isolamento para a preservação dos vínculos sociais, a autonomia e a permanência do indivíduo na comunidade (Hirdes, 2009; Amarante; Torre, 2018).

As transformações das décadas de 1980 e 1990 estiveram associadas à redemocratização brasileira e à construção do Sistema Único de Saúde (SUS). A 8ª Conferência Nacional de Saúde e as conferências de saúde mental contribuíram para incorporar princípios como universalidade, integralidade e participação social. No cenário internacional, a Declaração de Caracas, de 1990, reforçou a necessidade de reestruturar a assistência psiquiátrica, reduzindo a centralidade dos hospitais e fortalecendo os serviços comunitários (Hirdes, 2009).

Um dos principais marcos dessa transformação foi a Lei nº 10.216/2001, que estabeleceu direitos e proteção às pessoas com transtornos mentais e redirecionou o modelo assistencial. Entre suas determinações estão o tratamento humanizado, a proteção contra abusos, o acesso às informações sobre o tratamento e a preferência por serviços comunitários. A legislação também estabelece que a internação deve ocorrer apenas quando os recursos extra-hospitalares forem insuficientes, respeitando os direitos e a dignidade do paciente (Brasil, 2001).

Nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), regulamentados pela Portaria nº 336/2002, assumiram papel estratégico na assistência territorial, oferecendo atendimento multiprofissional e atividades terapêuticas voltadas à preservação dos vínculos familiares e comunitários. A organização do cuidado também passou a envolver a Atenção Primária à Saúde, os serviços de urgência e emergência, os leitos de saúde mental em hospitais gerais e os Serviços Residenciais Terapêuticos. Outra iniciativa relevante foi o Programa De Volta para Casa, instituído pela Lei nº 10.708/2003, que criou auxílio-reabilitação psicossocial para pessoas egressas de longas internações psiquiátricas (Brasil, 2002; 2003).

Em 2011, a instituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) fortaleceu a articulação entre os diferentes pontos de atenção, estabelecendo como diretrizes o respeito aos direitos humanos, a autonomia, a liberdade, o combate ao estigma e a assistência humanizada. Essa organização consolidou a perspectiva de cuidado em rede, baseada em serviços territoriais e comunitários, em oposição à centralização da assistência em instituições hospitalares (Brasil, 2011).

A Reforma também transformou a compreensão da pessoa em sofrimento psíquico, que passou a ser reconhecida como sujeito de direitos e participante das decisões relativas ao próprio tratamento. A desinstitucionalização, portanto, não se limita ao fechamento de hospitais, mas envolve a reconstrução das condições de vida e a participação social por meio do trabalho, da cultura, do lazer e da convivência comunitária. Nesse sentido, Amarante e Torre (2018) destacam as experiências de inclusão social promovidas pela Reforma, que ampliaram as possibilidades de autonomia e participação dos usuários.

Apesar dos avanços, a consolidação do modelo psicossocial ainda enfrenta desafios relacionados à formação profissional, ao financiamento, à articulação entre os serviços e à permanência de práticas autoritárias e excludentes. Hirdes (2009) ressalta a necessidade de aprimorar a organização da assistência e os projetos terapêuticos individualizados. Dessa forma, a Reforma Psiquiátrica permanece como um processo em construção, que exige não apenas

mudanças institucionais, mas também transformações culturais e profissionais. Seu principal desafio consiste em substituir a lógica de tutela e isolamento por um cuidado fundamentado na autonomia, na dignidade e na cidadania.

3.5 Da Casa Verde à Reforma Psiquiátrica: estigma, exclusão e ressignificação da loucura

As formas pelas quais uma sociedade interpreta a loucura ultrapassam o campo médico, influenciando os espaços ocupados pelos indivíduos, a credibilidade atribuída à sua palavra e sua autonomia. Nesse contexto, o estigma transforma uma condição ou diagnóstico em uma marca capaz de reduzir a identidade da pessoa e justificar atitudes de afastamento, medo e discriminação. Essas representações são construídas por diferentes instituições e manifestações culturais e podem se modificar ao longo do tempo. Santos, Danfá e Almeida (2021), ao analisarem representações da loucura na imprensa brasileira, identificaram mudanças e resistências durante a Reforma Psiquiátrica, demonstrando que a transformação da linguagem não elimina necessariamente os significados estigmatizantes.

A literatura também participa desse processo, podendo reproduzir ou questionar representações sociais. Em O Alienista, Machado de Assis problematiza a distinção entre normalidade e loucura por meio das classificações estabelecidas por Simão Bacamarte. Inicialmente, o médico considera o "perfeito equilíbrio" das faculdades mentais como critério de razão, mas amplia progressivamente sua definição de doença, submetendo à internação indivíduos cujos comportamentos eram anteriormente considerados comuns (Assis, 1882). Posteriormente, inverte sua própria teoria ao considerar o equilíbrio mental como manifestação de patologia, evidenciando a instabilidade dos critérios utilizados para definir a normalidade.

A crítica machadiana alcança seu ponto máximo quando Bacamarte identifica em si mesmo as características que havia estabelecido como sinais de doença e decide internar-se na Casa Verde (Assis, 1882). A inversão dos critérios classificatórios expõe a fragilidade das certezas absolutas e os riscos de um conhecimento científico exercido sem limites. Nesse sentido, a narrativa permite refletir sobre a relação entre diagnóstico, autoridade médica e liberdade, sem que isso represente uma negação da importância da psiquiatria ou dos conhecimentos científicos.

Embora a obra tenha sido escrita no século XIX, em contexto anterior à Reforma Psiquiátrica, suas questões dialogam com debates posteriormente incorporados à luta antimanicomial, especialmente quanto à institucionalização, ao confinamento e aos limites do

poder médico. Machado, Passos e Silva (2011) destacam a permanência dessas discussões na contemporaneidade, demonstrando a relevância da narrativa para compreender as tensões relacionadas à definição da loucura e ao saber psiquiátrico.

A Reforma Psiquiátrica brasileira modificou essa relação ao deslocar o cuidado da lógica de tutela para o reconhecimento dos direitos. A Lei nº 10.216/2001 assegura tratamento com humanidade e respeito, proteção contra discriminação e reinserção familiar, social e comunitária, priorizando os serviços comunitários de saúde mental (Brasil, 2001). Nesse contexto, a pessoa em sofrimento psíquico passa a ser reconhecida em sua história, seus vínculos e sua autonomia, e não apenas a partir de uma categoria diagnóstica. Conforme Amarante e Torre (2018), essa transformação também favorece novas formas de participação social e reconstrução da identidade.

Apesar dos avanços institucionais, o estigma permanece como desafio, especialmente diante de representações que associam os transtornos mentais à incapacidade, periculosidade e incompetência. Pereira et al. (2022) ressaltam que atitudes estigmatizantes entre profissionais podem comprometer a qualidade da assistência e dificultar o acesso aos serviços de saúde. Os autores também apontam que estratégias educacionais baseadas no contato de estudantes com usuários dos serviços comunitários podem contribuir para reduzir essas atitudes.

Nesse sentido, O Alienista apresenta relevância para a formação dos profissionais de saúde, pois permite refletir sobre os limites da autoridade científica, os efeitos dos diagnósticos e as consequências humanas das decisões terapêuticas. A literatura não substitui o conhecimento técnico, mas amplia a compreensão das dimensões éticas e sociais do cuidado, incentivando o reconhecimento da singularidade e da autonomia dos indivíduos. Não se trata de negar a importância da ciência, mas de compreender que sua aplicação deve estar associada à responsabilidade ética e ao respeito aos direitos humanos.

Da Casa Verde aos serviços territoriais contemporâneos, observa-se uma mudança fundamental na posição atribuída à pessoa em sofrimento psíquico: de objeto de classificação e tutela para sujeito de direitos e participante de seu próprio tratamento. Entretanto, a permanência de práticas excludentes demonstra que a superação da lógica manicomial exige não apenas transformações institucionais, mas também mudanças nas representações sociais da loucura. Assim, O Alienista permanece relevante por estimular uma reflexão crítica sobre a normalidade, o poder e a responsabilidade ética no cuidado em saúde mental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permitiu compreender que as representações da loucura presentes em O *Alienista* dialogam com questões históricas relacionadas à constituição da psiquiatria e aos processos de institucionalização e desinstitucionalização da assistência em saúde mental no Brasil. A narrativa de Machado de Assis evidencia a instabilidade das fronteiras entre normalidade e loucura e problematiza a autoridade conferida ao saber médico ao definir quem deve ser considerado são ou doente e quais indivíduos podem ser privados de sua liberdade em nome da ciência.

A questão norteadora foi respondida por meio da articulação entre a análise literária e a literatura histórica e científica. Verificou-se que a Casa Verde representa uma crítica à associação entre classificação, confinamento e autoridade médica, aspectos também presentes na trajetória da psiquiatria brasileira. Entretanto, a assistência em saúde mental passou por transformações progressivas, impulsionadas pelas experiências de reforma, pelo desenvolvimento da psicofarmacologia, pelas críticas ao modelo hospitalocêntrico e pelo movimento da luta antimanicomial. Nesse contexto, a Reforma Psiquiátrica consolidou uma mudança de paradigma, priorizando o cuidado territorial e comunitário, a autonomia, a dignidade e os direitos humanos.

Os achados também evidenciam que a desinstitucionalização ultrapassa a simples redução de internações e leitos, exigindo a transformação das relações entre sociedade, serviços de saúde e pessoas em sofrimento psíquico. Apesar dos avanços, o estigma relacionado à loucura permanece como desafio, uma vez que a associação dos transtornos mentais à incapacidade, à periculosidade e à inadequação ainda influencia as práticas sociais e assistenciais. Assim, o cuidado em saúde mental deve reconhecer a singularidade do indivíduo, sua autonomia e sua condição de sujeito de direitos.

Nesse sentido, O Alienista mantém relevância para a formação em saúde ao provocar reflexões sobre os limites da autoridade científica, a construção social da normalidade, os efeitos do diagnóstico e a legitimidade do confinamento. Embora a obra não represente uma antecipação direta da Reforma Psiquiátrica, sua abordagem contribui para uma compreensão crítica das dimensões humanas, sociais e políticas do sofrimento psíquico, favorecendo uma formação profissional mais ética e humanizada.

Como limitações, destaca-se o caráter narrativo e qualitativo da revisão bibliográfica, que não pretendeu esgotar a produção científica sobre a história da psiquiatria, a Reforma

Psiquiátrica ou as interpretações de O Alienista. Pesquisas futuras poderão explorar outras obras literárias e investigar o uso da literatura como estratégia de ensino para a redução do estigma e o desenvolvimento de competências éticas e humanísticas. Conclui-se que a aproximação entre literatura, história da psiquiatria e Reforma Psiquiátrica permite compreender a loucura não apenas como categoria clínica, mas como fenômeno atravessado por valores sociais, relações de poder e processos históricos. Da Casa Verde ao cuidado territorial contemporâneo, destaca-se a necessidade de reconhecer o indivíduo como sujeito de direitos, reforçando que a superação do estigma e das práticas de exclusão permanece um processo em construção.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lourence Cristine. **O Hospício Nacional de Alienados: terapêutica ou higiene social?** 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6089. Acesso em: 10 set. 2026.

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. **"De volta à cidade, sr. cidadão!" – reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 52, n. 6, p. 1090-1106, nov./dez. 2018.

ASSIS, Machado de. **Papéis avulsos**. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1882.

ASSIS, Machado de. **O alienista**. 3. ed. São Paulo: Principis, 2019. 80 p.

BARRETTO, Anita Paes. **Ulisses Pernambucano, educador**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 12, n. 1, 1992.

BRASIL. **Arquivo Nacional. Hospício de Pedro Segundo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [s. d.]. Disponível em: https://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/323-hospicio-de-pedro-segundo. Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. **Estabelece modalidades e normas de funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003. **Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

CRUZ, L. B. da. Loucura e imaginário social na literatura brasileira: passagem do século XIX para o século XX. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 1-28, 2017.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. O surgimento do hospício na literatura brasileira. **Raído, Dourados**, MS, v. 2, n. 4, p. 97-106, jul./dez. 2008.

GOMES, R. O **Alienista: loucura, poder e ciência**. Tempo Social, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 145-160, 1993.

HIRDES, Alice. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re)visão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2009.

MACHADO, Marília Novais da Mata; PASSOS, Izabel Christina Friche; SILVA, Marcos Vieira. O Alienista na Luta Antimanicomial. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 2, n. 4-5, p. 1-23, 2011.

MIRANDA-SÁ JR., Luiz Salvador de. Breve histórico da psiquiatria no Brasil: do período colonial à atualidade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, 2007.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; FREIRE, Leonardo Querino Barboza; SANTOS, Yara Michelle F. dos. "Uma bengala para restituir a razão": representações da ciência em O Alienista, de Machado de Assis. **Encontros**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 26, p. 7-28, 1. sem. 2016.

PEREIRA, Alexandre de Araújo et al. Estigma dirigido a pessoas com transtornos mentais: uma proposta para a formação médica do século XXI. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 25, n. 2, 2022.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; DANFÁ, Lassana; ALMEIDA, Angela Maria Oliveira. A Loucura em Movimento: representação social e loucura na imprensa escrita. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 41, 2021.

SEABRA, Danilo Silveira. História dos psicofármacos: reabertura do debate. **Interface – Comunicação**, Saúde, Educação, Botucatu, v. 29, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **História da loucura e história da psiquiatria**. Ouro Preto: UFOP, [s. d.]. Disponível em: https://saudemental.ufop.br/historia-da-loucura. Acesso em: 10 set. 2026.

VASCONCELOS, I.; LINS, S. L. B.; VARGAS, G. C.; RIBEIRO, K. C. S. Concepções de loucura em um traçado histórico-cultural: uma articulação com o Construcionismo Social. **Mental, Barbacena**, v. 8, n. 14, p. 49-63, 2010.